UFSM

EXTENSÃO RURAL

ISSN 2318-1796
Acesso aberto

Exten. Rur., Santa Maria, v. 33, e95372, p. 01-25, 2026 • https://doi.org/10.5902/231817995372
Submissão: 11/03/2026 • Aprovação: 13/07/2026 • Publicação: 20/09/2026

Extensão e Comunicação Rural

Do “apaga-fogo” à construção: difundir tecnologia ou construir conhecimento? Representações sociais da ATER e da pesquisa em disputa

From ‘firefighting’ to construction: disseminating technology or building knowledge? Social representations of extension services and agricultural research in dispute

Túlio Luís Borges de Lima [I], **Marcelo Leles Romarco de Oliveira** [I]

[I]Universidade Federal de Viçosa, MG, Brasil

RESUMO

Este artigo busca identificar e analisar as representações sociais de extensionistas do CRDR Caparaó e de pesquisadores do INCAPER sobre os serviços de ATER e de pesquisa agropecuária. Parte-se do contexto histórico brasileiro, marcado por modelos hierarquizados de difusão e transferência de tecnologias, associados à Revolução Verde e à modernização produtivista, que atribuíram à pesquisa a geração de técnicas e à a função de “transmiti-las” aos agricultores. Em contraponto, o texto discute críticas a esse paradigma, destacando limites epistemológicos e socioambientais e a tendência de tratar agricultores como receptores passivos. Considera-se, então, a reorientação proposta pela PNATER (Lei nº 12.188/2010), que defende uma ATER pública, participativa e baseada na construção compartilhada do conhecimento. Metodologicamente, o estudo é qualitativo, exploratório e de estudo de caso, com análise de conteúdo de 17 entrevistas e pesquisa documental/bibliográfica. À luz da TRS, o artigo compreende ATER e pesquisa como campos institucionais de disputas simbólicas e epistemológicas, nos quais representações orientam práticas e também se transformam.

Palavras-chave: ATER; Pesquisa; Representações sociais

ABSTRACT

This article aims to identify and analyze the social representations of extension agents from the CRDR Caparaó and researchers from INCAPER regarding agricultural extension services (ATER) and agricultural research. It draws on the Brazilian historical context, marked by hierarchical models of technology diffusion and transfer associated with the Green Revolution and productivist modernization, which assigned research the role of generating techniques and ATER the function of “transmitting” them to

Artigo publicado por Extensão Rural sob uma licença CC BY-NC-SA 4.0.

farmers. In contrast, the article discusses critiques of this paradigm, highlighting its epistemological and socio-environmental limits and its tendency to treat farmers as passive recipients. It then addresses the reorientation proposed by the National Policy on Technical Assistance and Rural Extension (PNATER, Law No. 12,188/2010), which advocates a public, participatory ATER grounded in the shared construction of knowledge. Methodologically, the study adopts a qualitative, exploratory case study, using content analysis of 17 interviews along with documentary and bibliographic research. From the perspective of Social Representations Theory, the article understands ATER and agricultural research as institutional fields of symbolic and epistemological dispute, in which representations both guide practices and are continuously transformed.

Keywords: ATER; Research; Social representations

1. INTRODUÇÃO

O objetivo geral deste artigo é identificar e analisar as representações sociais de extensionistas vinculados a microrregião do Caparaó e de pesquisadores do Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (INCAPER) acerca dos serviços de assistência técnica, extensão rural e de pesquisa agropecuária. Para tanto, toma-se como referência essa instituição autárquica vinculada ao governo do Estado do Espírito Santo, cuja atuação historicamente articula a prestação de serviços públicos voltados ao meio rural, por meio da pesquisa agropecuária e da assistência técnica e extensão rural.

No Brasil, os processos de transferência ou difusão de tecnologias para o mundo rural estruturaram-se, historicamente, a partir de modelos excludentes e fortemente hierarquizados, marcados por baixa participação e limitada interação entre os atores sociais envolvidos. A pesquisa agropecuária foi institucionalizada ainda no período imperial, em meados do século XIX, e, conforme aponta Castro (2016), consolidou-se, nas décadas subsequentes, sob um modelo orientado simultaneamente à expansão da produção e ao aumento da produtividade, fundamentado no uso intensivo de tecnologias organizadas em pacotes tecnológicos.

Nesse contexto, a ATER passou a ocupar o lugar de mediação entre a pesquisa e os agricultores. Suas origens formais remetem ao chamado “modelo clássico” de extensão rural que, após a Segunda Guerra Mundial, serviu de base para a organização dos serviços de extensão em regiões consideradas subdesenvolvidas, como o Brasil, a partir do final da década de 1940. Sob a convergência entre objetivos do governo

estadunidense e interesses privados, esse período foi marcado pela difusão do projeto da chamada “Revolução Verde”, sustentado pela mecanização agrícola, pelo melhoramento genético, pelo uso intensivo de fertilizantes industrializados, alimentos concentrados para animais e agrotóxicos (Mazoyer; Roudart, 2010; Viana Júnior, 2020).

Coelho (2014) chama atenção para a consolidação de um modelo de desenvolvimento agrícola ancorado em uma modernização tecnológica industrializante, fundada na concepção de que o uso intensivo de capital e energia constituiria a forma mais legítima e cientificamente validada de promover o desenvolvimento no espaço agrário. Argumentamos que é nesse cenário, permeado por incertezas e contradições socioambientais, que se estruturam as instituições públicas de pesquisa e ATER que dão origem à instituição aqui analisada.

Ao longo desse processo, consolidou-se um binômio institucional baseado na relação entre ciência e tecnologia, de um lado, e difusão tecnológica, de outro. Conforme analisam Fonseca (1985) e Castro (2016), à pesquisa agropecuária coube a geração de técnicas e tecnologias, enquanto à ATER atribuiu-se a função de transmitir esses conhecimentos ao conjunto dos agricultores. Essa separação funcional encontra respaldo no paradigma difusionista de Rogers, amplamente incorporado aos serviços de extensão rural brasileiros.

A obra A Extensão Rural no Brasil: um projeto educativo para o capital, de Maria Teresa Lousa da Fonseca (1985), oferece uma análise crítica desse modelo ao problematizar suas bases epistemológicas e sua organização verticalizada da produção e da transmissão do conhecimento. Assim como Freire (1983), a autora evidencia os limites de um modelo que concebe os agricultores como receptores passivos de práticas cientificamente validadas, orientadas à rápida mudança de comportamento e à adoção de tecnologias.

Esse modelo difusionista revelou-se profundamente prejudicial às comunidades rurais, ao promover rupturas nas realidades locais e desarticular dimensões culturais, sociais e ambientais que sustentavam seus modos de vida. Em resposta a essas distorções, sobretudo a partir das últimas décadas, foram formuladas políticas e

programas voltados à reorientação da ATER pública brasileira sob uma perspectiva participativa, localmente situada e orientada à agricultura familiar.

Nesse movimento, destaca-se a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), instituída pela Lei nº 12.188/2010, que propõe uma ATER pública, gratuita, continuada e pautada na construção compartilhada do conhecimento, com ênfase na agricultura de base ecológica (Caporal; Ramos, 2006; Brasil, 2010). A discussão em torno da chamada “nova extensão rural”, intensificada a partir de 2003, buscou romper com os paradigmas difusionistas tradicionais; contudo, Caporal e Ramos (2006) apontam a persistência de uma forte inércia estrutural nas instituições de ATER e pesquisa agropecuária, decorrente da internalização de normas e práticas herdadas do período do produtivismo modernizador.

A problematização desses serviços torna-se ainda mais relevante em um contexto marcado pelo aprofundamento das desigualdades sociais, pela precarização dos serviços públicos e pela intensificação da crise socioambiental. Em um país de dimensões continentais e profundas heterogeneidades territoriais como o Brasil, os desafios enfrentados pela ATER e pela pesquisa públicas mostram-se amplos, complexos e urgentes.

Entendidas como sistemas de interpretação que orientam práticas, condutas e comunicações sociais, as representações sociais influenciam diretamente a forma como a pesquisa agropecuária e a ATER são concebidas, organizadas e operacionalizadas. Assim, compreender como extensionistas e pesquisadores representam esses processos é fundamental para analisar os sentidos que orientam suas práticas institucionais.

Diante disso, este estudo tem como questão central investigar quais são as representações sociais de extensionistas (atuantes no Centro Regional de Desenvolvimento Rural (CRDR) do Caparaó) e de pesquisadores acerca dos serviços de ATER e de pesquisa agropecuária.

Ao fazê-lo, busca-se contribuir para o debate sobre a relação entre representações sociais e práticas institucionais na ATER e na pesquisa públicas

brasileiras, tensionando o campo simbólico e o campo prático e reconhecendo que as representações, ao mesmo tempo que orientam as ações, são continuamente reconstruídas nos processos históricos, políticos e institucionais em que os sujeitos estão inseridos.

Nessa perspectiva, o artigo não se limita à análise de percepções individuais, mas procura compreender como sistemas de significados compartilhados pelos servidores expressam dinâmicas institucionais, hierarquias de saber e formas de legitimação das práticas técnico-científicas. A ATER e a pesquisa são, assim, compreendidas como campos de disputas simbólicas e epistemológicas no interior da própria instituição.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho insere-se no campo da pesquisa qualitativa, de natureza exploratória (Gil, 2008), adequada a temas ainda pouco explorados e que dificultam a formulação de hipóteses precisas. Em consonância com Moscovici (1978), o estudo analisa os processos pelos quais extensionistas e pesquisadores constroem "teorias" sobre objetos sociais, focalizando como, no ambiente de trabalho, elaboram sentidos acerca da ATER e da pesquisa agropecuária. As representações sociais são compreendidas, assim, como processos simultaneamente formados por e formadores das interações sociais.

O delineamento metodológico adotou o formato de estudo de caso, centrado nos serviços de ATER e pesquisa do INCAPER – Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural [1], com ênfase no Centro Regional de Desenvolvimento Rural (CRDR) do Caparaó, permitindo uma análise aprofundada das representações sociais de extensionistas e pesquisadores (Gil, 2008). A escolha dessa regional justifica-se pela sua expressiva variabilidade, tanto em termos do número de municípios abrangidos (dez) quanto das diferentes áreas de atuação de seus servidores.

[1] O INCAPER possui unidades em todos os 78 municípios capixabas contando com 11 centros regionais, 137 unidades, as quais englobam a sede, os Escritórios Locais (ELDR's) e distritais, fazendas experimentais, laboratórios e Centros de Pesquisa (CPDI's).

Para a coleta de dados, a pesquisa utilizou levantamento documental, revisão bibliográfica e entrevistas semiestruturadas.

Foram entrevistados 17 servidores do INCAPER, sendo seis mulheres e onze homens, dos quais treze atuavam como extensionistas e quatro como pesquisadores. Entre eles estavam os responsáveis pelas Gerências de Assistência Técnica e Extensão Rural (GATER), de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (GPDI) e de Transferência de Tecnologia e Conhecimento (GTTC), representantes das Coordenações Técnicas de Cafeicultura, Produção Animal, Agroecologia, Segurança Alimentar, Estruturação da Comercialização e Gestão dos Recursos Naturais, além dos responsáveis pelas coordenações dos Centros de Pesquisa Sul e Serrano e pelos escritórios locais de desenvolvimento rural dos municípios de Alegre, Dores do Rio Preto, Guaçuí, Ibatiba, Ibitirama, Muniz Freire e São José do Calçado.

Portanto, a seleção dos participantes não seguiu critérios estatísticos, sendo orientada pela natureza exploratória do estudo (Gil, 2008) e pelos pressupostos da Teoria das Representações Sociais, priorizando a saturação teórica dos sentidos produzidos pelos sujeitos (Minayo, 2014). Esse procedimento possibilitou uma compreensão abrangente das práticas de pesquisa e assistência técnica.

Os dados foram analisados por meio da análise de conteúdo, conforme Bardin (2011), compreendendo as etapas de pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados.

Nesse sentido, a representatividade assumiu caráter teórico e simbólico, e não probabilístico, visando captar a diversidade de sentidos, discursos e práticas relacionados ao objeto de estudo (Bauer; Aarts, 2008; Minayo, 2014). O *corpus* da pesquisa foi constituído, prioritariamente, pelas transcrições das entrevistas, organizadas de modo a contemplar diferentes posições institucionais e níveis hierárquicos.

Os critérios de seleção buscaram assegurar variabilidade de funções e instâncias institucionais, incluindo servidores de gerências, coordenações técnicas, centros de pesquisa e escritórios locais. Entre outubro de 2023 e dezembro de 2024, foram

realizadas, de forma remota, 17 entrevistas com servidores ingressos no Instituto por concursos públicos realizados entre 2005 e 2012. Para preservar o anonimato, os entrevistados foram identificados por nomes fictícios, selecionados entre os mais comuns no estado do Espírito Santo (IJSN, 2025).

A Microrregião do Caparaó tem sua denominação associada à Serra do Caparaó, onde se localiza o Parque Nacional do Caparaó (PNC), que abriga o Pico da Bandeira. O Caparaó capixaba ocupa área de aproximadamente 3.831 km², correspondendo a 8,31% do território estadual, com população estimada em 187.236 habitantes (IBGE, 2018), dos quais cerca de 50% residem em áreas rurais, majoritariamente vinculadas à agricultura familiar.

O relevo montanhoso da Serra do Caparaó exerce forte influência sobre o clima, a hidrografia e o zoneamento regional, configurando gradientes de altitude e de regimes térmico e pluviométrico bem definidos (IJSN, 2012). As áreas de clima ameno, relevo acidentado e maior pluviosidade predominam, favorecendo a cafeicultura de montanha, principal atividade agrícola da microrregião (Borges de Lima; Oliveira, 2022).

A Serra do Caparaó constitui importante divisor hidrográfico, concentrando numerosas nascentes que alimentam, sobretudo, as bacias dos rios Itabapoana e Itapemirim, além de pequena parcela da bacia do Rio Doce (Almeida, 2014). O uso do solo nessas bacias caracteriza-se pela predominância de pastagens e lavouras de café, enquanto a cobertura florestal nativa, embora relevante, encontra-se fragmentada e concentrada nas áreas mais elevadas.

Do ponto de vista socioeconômico, o Caparaó capixaba é marcado pela cafeicultura desenvolvida majoritariamente pela agricultura familiar, considerada atividade central para a economia regional (Thomazini *et al.*, 2012). Contudo, estudos indicam a predominância de manejo convencional, com impactos sobre o solo e o meio ambiente (Guimarães *et al*., 2013).

No âmbito institucional, o CRDR Caparaó é composto por dez escritórios locais e 34 servidores. Dados referentes à atuação do escritório local de Iúna, em 2023, evidenciam a centralidade das ações voltadas à cafeicultura e ao crédito rural, com

destaque para visitas técnicas, atendimentos presenciais e remotos, além de atividades coletivas como cursos e dias de campo (Borges de Lima, 2023).

A hegemonia da cafeicultura na microrregião reflete-se tanto na organização das ações de ATER quanto no uso e cobertura das terras, sendo reforçada por políticas de crédito rural, especialmente por meio do acesso ao Pronaf. Esse processo de especialização produtiva, embora sustente a economia regional, impõe limites à diversidade ambiental, produtiva e cultural.

Nesse sentido, a advertência de Santos (2013) sobre os impactos ambientais e culturais da monocultura do café adquire densidade regional concreta. A centralidade do café no Caparaó não se expressa apenas na paisagem produtiva, mas também nas sociabilidades locais. Assim, o Caparaó revela-se como uma região marcada por contradições, nas quais a importância da agricultura familiar e da conservação ambiental convive com desafios que demandam abordagens de ATER e pesquisa capazes de tensionar e ampliar os limites de uma matriz produtiva predominantemente monocultural.

3 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS ENQUANTO LENTE TEÓRICA E ANALÍTICA

Enquanto recurso de análise, adotamos a Teoria das Representações Sociais (TRS) como alternativa estratégica para compreender os serviços de pesquisa e de ATER junto ao grupo entrevistado.

Essas representações abarcam saberes, valores, subjetividades e relações de poder, o que exige valorizar o pensamento e a palavra dos atores sociais que as constroem (Jovchelovitch, 1995). Nessa direção, Moscovici (1995) ressalta que não se deve dissociar perspectivas individual e social, pois percepções e comportamentos não se explicam apenas por processos íntimos nem exclusivamente por estruturas e relações sociais.

Para Moscovici, as representações sociais configuram-se como fenômenos múltiplos, individuais e coletivos, e como uma modalidade particular de conhecimento voltada à elaboração de comportamentos e à comunicação social (Moscovici, 1978; Sêga, 2000).

Jodelet (2001) define as representações sociais como sistemas de interpretação que orientam condutas e comunicações, intervindo em processos como a difusão de conhecimentos, a construção de identidades e as transformações sociais.

Moscovici (2015) argumenta que as representações resultam de um processo de familiarização do não familiar, sustentado pelos mecanismos de ancoragem e objetivação. A ancoragem classifica e nomeia o estranho a partir de categorias conhecidas, enquanto a objetivação transforma o abstrato em quase concreto, configurando conceitos em imagens socialmente partilhadas (Moscovici, 1995; 2015).

Quanto às condições que influenciam o surgimento das representações, Vala (1993) aponta a influência das clivagens socioeconômicas e normativo-valorativas, evidenciada pela dispersão da informação, pela focalização e pela pressão à inferência, o que explica a coexistência de múltiplas representações sobre um mesmo objeto.

Na TRS, uma fala individual não é compreendida como opinião privada, mas como atualização singular de sentidos que circulam socialmente. Ao falar, o sujeito mobiliza repertórios coletivos de linguagens, valores, imagens e categorias vinculadas aos grupos aos quais pertence.

Nesse sentido, as representações sociais pertencem a conjuntos sociais específicos e incidem sobre determinados objetos. No caso deste estudo, extensionistas e pesquisadores elaboram representações sobre ATER e pesquisa, construindo e transmitindo sentidos no interior de um mesmo universo institucional (Oliveira, 2013).

Inspirados em Oliveira (2013), buscamos compreender em que essas representações se ancoram, como são objetivadas e de que modo se configuram como convergentes ou tensionadas.

Por fim, embora condicionadas por estruturas e configurações culturais dominantes, as representações sociais não resultam de recepção passiva. Os sujeitos constroem sentidos sobre a própria estrutura social e, a partir deles, se posicionam e transformam suas relações, ainda que sob pressões de hegemonia e homogeneização de determinados significados (Vala, 1993; Cabecinhas, 2004).

4 PESQUISA AGROPECUÁRIA: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS, CLIVAGENS INSTITUCIONAIS E DESLOCAMENTOS PARTICIPATIVOS

Redação Quando perguntamos aos entrevistados “para você, o que é pesquisa agropecuária”, emergem representações sociais de sentidos múltiplos e não homogêneos, organizadas em dois núcleos principais, com uma representação alternativa que tensiona os limites do modelo mais verticalizado.

De um lado, a pesquisa é concebida como prática científica e metodológica relativamente desvinculada do Instituto, associada ao método, à descoberta e, sobretudo, à resolução de problemas em diferentes escalas. De outro, aparece uma representação institucionalmente ancorada, estruturada na diferenciação entre pesquisa básica e pesquisa aplicada, com centralidade desta última como prática identitária do Instituto. Por fim, em algumas falas, delineia-se um deslocamento crítico que reaproxima pesquisa, ATER e TT de um horizonte participativo, no qual o conhecimento “ganha validade” quando construído junto ao produtor e no contexto local.

Os dados de perfil e trajetória acadêmica reforçam que o grupo entrevistado é heterogêneo em áreas de formação e experiências com pesquisa, mas majoritariamente marcado pela pós-graduação (mestrado, doutorado ou especialização). Também se observam trajetórias distintas de aproximação com a pesquisa: parte relata envolvimento desde a graduação, enquanto outros indicam contato mais forte na pós-graduação. No interior do Instituto, alguns afirmam ter desenvolvido práticas de pesquisa, sobretudo em projetos aplicados e experimentações, ao passo que outros declaram não realizar pesquisa institucionalmente, ainda que reconheçam ganhos indiretos.

4.1 Pesquisa como método e resolução de problemas

Nesta primeira representação, a pesquisa agropecuária é enunciada de modo pouco associado ao Instituto e mais próxima ao universo do método científico, com forte ênfase na finalidade resolutiva. Terezinha define pesquisa como ação orientada a sanar lacunas e problemas, vinculando-a diretamente a impactos produtivos e sociais: "(...) sanar alguma lacuna, algum problema, ou maximizar algum processo, enfim, algo que tenha um impacto na produção e nas necessidades humanas" (Terezinha). Na mesma direção, Paulo amplia a ênfase na resolução de problemas ao mobilizar a metáfora das "dores" do público-alvo: "(...) quando eu tenho alguns problemas na sociedade, eu gosto de falar muito que são as dores do nosso público-alvo, ela [pesquisa agropecuária] tem essa grande capacidade de resolver essas dores. Ou amenizar essas dores" (Paulo).

Essa forma de representar a pesquisa aproxima-se do eixo identificado por De Oliveira Chamon (2006) ao analisar a pesquisa científica como resolução de problemas, com ancoragem na ciência clássica e objetificações ligadas à produção de conhecimento válido e ao uso prático-social.

No mATERial empírico, essa representação também aparece com variações de escala: em algumas respostas, a pesquisa é compreendida em um registro mais técnico e restrito, voltado ao aprimoramento de práticas produtivas e à eficiência agrícola; em outras, amplia-se para dimensões de cadeia produtiva, bem-estar rural e desenvolvimento sustentável. Nesse movimento, mesmo quando o Instituto não é citado diretamente, a pesquisa é objetivada como intervenção que transborda a unidade produtiva e adquire sentido mais sistêmico.

4.2 Pesquisa no instituto e a clivagem entre básica e aplicada

A segunda representação organiza-se a partir de uma distinção conceitual e funcional entre pesquisa básica e pesquisa aplicada, na qual o Instituto aparece como elemento constitutivo do imaginário dos entrevistados. Nessa chave, a pesquisa

aplicada é ancorada como a pesquisa “do instituto”, orientada a demandas concretas e a um público definido como beneficiário. Pedro formula esse vínculo de modo direto: “(...) área que tem como finalidade levar pesquisa aplicada ou até desenvolver pesquisa aplicada para o nosso público-alvo aí, que são os agricultores” (Pedro).

A separação básica/aplicada também aparece em Sebastião, que descreve a pesquisa básica como geradora de conhecimento e a aplicada como aplicação direta desse conhecimento ao público destinatário: “(...) pesquisa mais básica, que vai possibilitar trazer um desenvolvimento tecnológico para a agropecuária, e a pesquisa aplicada, em que eu já pego conhecimento dessa pesquisa básica e já trago para aplicação direta pelo público a qual ela se destina” (Sebastião). Vera, por sua vez, ancora a pesquisa básica às universidades e às “demandas imediatas” nem sempre atendidas: “Você tem a pesquisa das universidades, onde não necessariamente é muito focada nas demandas imediatas do meio rural. Às vezes, trabalha com a pesquisa mais básica” (Vera). E, ao definir a pesquisa aplicada do Instituto, ela enfatiza seu caráter solucionador: “A pesquisa do Instituto, que se chama de pesquisa aplicada, (...) é uma pesquisa focada em trazer soluções, bem focadas para as demandas, para os problemas das propriedades” (Vera).

Além da dimensão técnico-operacional, a representação também é sustentada por um eixo simbólico/identitário que valoriza “entrega” e “impacto” como critérios centrais. Sebastião condensa essa imagem ao afirmar: “Ela [pesquisa] tem muita entrega” (Sebastião), enquanto Pedro reforça a centralidade estadual: “Ela tem um papel importantíssimo no Estado” (Pedro). Rosa associa resultados a produtos emblemáticos e à excelência do setor: “(...) não é à toa que o café nosso do Estado, hoje, já é mundialmente reconhecido, como o principal produtor” (Rosa). Sebastião também recorre ao “case” do mamão: “(...) um case de sucesso no Estado Espírito Santo, que é o cultivo do mamão (...) exportador para os Estados Unidos (...)” (Sebastião).

Um ponto analítico relevante nessa representação é o modo como a relação com o agricultor é formulada: não se trata de pesquisa “com”, mas frequentemente “para”

agricultores, como explicita Pedro: “(...) desenvolver pesquisa aplicada para o nosso público-alvo aí” (Pedro).

Essa escolha linguística sinaliza uma objetivação em que agricultores aparecem mais como destinatários do conhecimento do que como sujeitos de sua produção, o que aproxima a representação de um paradigma modernizador e do que Caporal e Ramos (2006) descrevem como “modernização conservadora”, na qual agricultores são vistos como depositários de pacotes gerados pela pesquisa. Em diálogo com Souza (1995) via Mendes (2015), essa forma de representar a pesquisa se aproxima da Escola Difusionista, que enfatiza a geração tecnológica sem considerar o conhecimento do agricultor e estrutura o processo em etapas de pesquisa básica e aplicada orientadas ao “adotante em potencial”.

Essa orientação também converge com a formulação de Borsatto, Bergamasco e Bianchini (2017), que descrevem um arranjo verticalizado em que a instituição de pesquisa produz e disponibiliza conhecimentos a agentes multiplicadores, esperando adoção, aumento de produtividade e ganhos econômicos (Borsatto; Bergamasco; Bianchini, 2017). Assim, nesta representação, “aplicada” não é apenas categoria metodológica: torna-se marcador de identidade institucional e critério de valor, fortemente associado a resultados produtivos e reconhecimento.

4.3 Pesquisa e o deslocamento participativo

As entrevistas reforçam um deslocamento quando remetem a uma separação histórica entre pesquisa e ATER e criticam uma pesquisa percebida como distante. Antônio recorda a “época da caixinha” (Antônio), e, no mesmo fio, aparece a representação de uma pesquisa “fria” e pouco conectada às demandas reais. No entanto, as falas também constroem uma contraposição: emerge um “nós” que reivindica participação na produção do conhecimento. Antônio sintetiza esse critério de validade: a pesquisa “só tem validade (...) se for construída junto com o produtor” (Antônio). Luzia reforça o deslocamento do laboratório para o campo: precisa “(...) ser

feita lá na ponta” (Luzia). Aqui, o agricultor é reobjetivado: de receptor a sujeito, e a pesquisa passa a ser concebida como prática situada.

Uma experiência empírica contribuiu para dar forma a essa representação: o projeto “Avaliação Técnico-Científica e Econômica do Cafeeiro em Sistema Arborizado”, com participação de entrevistados e publicações, incluindo trabalho apresentado no Congresso Brasileiro de Agroecologia (Meira *et al.*, 2024), com metodologia participativa (oficinas, caminhada transversal, partilha de impressões e construção de consensos). Em chave convergente, Nodari e Guerra (2015) defendem que pesquisas participativas ampliam o entendimento dos agroecossistemas e favorecem ferramentas de avaliação e promoção de sustentabilidade, com “indicadores amigáveis aos agricultores”.

Esse reposicionamento também amplia os fins e métricas da pesquisa. Geraldo observa que o Instituto ainda mede muito o impacto financeiro, mas esse efeito “desdobra em outras coisas”: trabalho, juventude rural, sucessão e vida comunitária. Sob a lente da TRS, esse movimento sugere reancoragens (da produtividade isolada para impactos socioambientais) e novas objetivações (participação, indicadores construídos, validações em unidades de produção), aproximando-se do horizonte normativo da PNATER.

Em síntese, as representações sobre pesquisa agropecuária oscilam entre (i) pesquisa como método e resolução de problemas, pouco institucionalizada no discurso; (ii) pesquisa aplicada como identidade do Instituto, contrastada à pesquisa básica universitária e orientada “para” agricultores; e (iii) uma representação alternativa, participativa, que redefine validade da pesquisa e reposiciona agricultores como sujeitos, articulando pesquisa e ATER em práticas localmente situadas. Esse conjunto evidencia que a disputa não é apenas terminológica (pesquisa, ATER, TT), mas epistemológica e institucional, pois envolve quem define problemas, onde a pesquisa acontece, quais métricas importam e quem participa da construção do conhecimento.

5 ATER EM DISPUTA DE SENTIDOS: ENTRE ASSISTÊNCIA TÉCNICA, EXTENSÃO RURAL E UMA PRÁTICA UNIFICADA

Redação Quando perguntamos aos entrevistados “para você, o que é ATER?”, emergiu um imaginário amplo e heterogêneo, sem uma representação claramente hegemônica. Ainda assim, as falas permitem identificar clivagens que estruturam diferentes modos de representar o termo, ora como categoria bipartida (assistência técnica vs. extensão rural), ora como prática unificada (“é tudo uma coisa só”), com variações entre uma leitura difusionista e uma leitura educativo-processual. Essas representações não expressam apenas diferenças conceituais: elas traduzem experiências cotidianas, papéis profissionais e aprendizados institucionais no Instituto, além de dialogarem com disputas históricas do campo (Dereti, 2009; Borsatto; Bergamasco; Bianchini, 2017).

5.1 ATER bipartida e assistência técnica como “apaga-fogo”

Em uma primeira configuração, a ATER é dissociada entre assistência técnica e extensão rural, entendidas como dimensões diferentes, ainda que complementares. Nessa chave, a assistência técnica aparece como ação pontual, imediata e reativa, voltada a resolver problemas específicos e urgentes nos âmbitos fitotécnico e pecuário. É objetivada como “apaga-fogo”, isto é, um atendimento que “chega e dá assistência” diante de uma demanda urgente, com foco técnico-operativo.

Esse sentido produtivo e resolutivo aparece no modo como alguns entrevistados descrevem a rotina: a assistência é acionada quando “tem problema” e a expectativa é retornar com uma solução rápida e objetiva. Nessa representação, a visita técnica tende a ser objetivada como método central de intervenção, frequentemente individualizado e orientado a corrigir o manejo e elevar eficiência, em linha com métodos típicos da ATER convencional (Caporal; Ramos, 2006; Coelho, 2014).

Do ponto de vista analítico, trata-se de uma representação próxima do paradigma difusionista/modernizador (Fonseca, 1985; Caporal; Ramos, 2006; Dereti,

2009; Caporal, 2014; Diniz; Hespanhol, 2018). Em termos históricos, esse enquadramento se aproxima do que Silva et al. (2017) descrevem como assistência técnica produtivista, associada à adoção de pacotes tecnológicos, intensificação de práticas e efeitos socioambientais e socioeconômicos adversos.

5.2 ATER bipartida e extensão rural como processo educativo e ampliado

Na mesma ATER bipartida, emerge uma configuração em que extensão rural aparece como dimensão mais ampla, contínua e processual, contrastando com a pontualidade da assistência técnica. Essa diferença é explicitada de modo direto em falas como a de Pedro, ao afirmar que extensão é “algo mais amplo, né?”, e reforçada quando Sebastião define que “é para além da assistência técnica”. Em alguns casos, a extensão é representada como categoria englobante, como nas falas de Marlene e Paulo, para quem “a assistência técnica está dentro da extensão rural”.

Nessa representação, a extensão é associada a práticas coletivas e metodologias grupais que criam espaços de troca entre agricultores. Isso aparece quando Pedro afirma que “ela envolve metodologias grupais” e quando Maria destaca que “propiciar um ambiente que um produtor dê uma troca com outros produtores (...) é uma forma de favorecer a geração de conhecimento entre eles”. Além disso, a extensão é entendida como processo social, como aponta José ao valorizar “essa parte que envolvesse mais o social (...) trabalhar essas questões de gênero... essa parte social”.

Também surgem sentidos de desenvolvimento familiar e comunitário, como em Sebastião, ao defender que a ATER “tem que ser diferente (...) visando o desenvolvimento socioeconômico da família e (...) da comunidade rural”, e em Antônio, ao sintetizar que “extensão rural eu acho que é você ligar pontas”. Em outra vertente, aparece ainda a extensão como capacitação e organização de eventos, como em Manoel, ao descrevê-la como “trabalho voltado para capacitação, para eventos, para o dia de campo, para dias especiais”.

Há, aqui, proximidade com o horizonte da PNATER ao conceber a extensão como processo educativo e social. Contudo, o conhecimento da política é frequentemente

parcial: Pedro admite que “em profundidade, não conheço”, enquanto Manoel afirma que “conheço um pouco” e Antônio diz “conheço”, associando esse contato ao estudo para o concurso. Isso sugere que a PNATER orienta, mas nem sempre estrutura integralmente práticas e repertórios no Instituto.

No plano formativo, muitas falas remetem à faculdade/universidade como primeiro contato com a extensão, mas com avaliações ambíguas. Alguns adjetivam a disciplina como positiva, mas outros indicam insuficiência e baixa internalização, convergindo com diagnósticos de que o ensino tende a permanecer produtivista, com carga horária reduzida e baixa problematização (Callou *et al.*, 2008; Silva *et al.*, 2017). Essa ambiguidade reaparece quando entrevistados enunciam a formação como incompleta, com expressões como “eu comecei a ver”, “alguma noção” ou “na academia é pouca coisa”, sinalizando a dificuldade de consolidar uma representação educativa em uma matriz curricular historicamente técnico-produtivista (Callou *et al.*, 2008; Oliveira, 2026, informação verbal).

Quando perguntados se aprenderam a fazer extensão rural no Instituto, os entrevistados vinculados a essa representação afirmaram que sim, mas por caminhos distintos: Antônio e José indicam aprendizado no cotidiano com os “produtores”; Manoel e Paulo destacam a convivência com colegas “mais antigos”; Sebastião relata ter chegado com uma visão assistencialista e ter sido “moldado” para uma perspectiva mais dialógica; e Marlene e Pedro enfatizam a capacitação inicial como diferencial. Essas trajetórias evidenciam “dispersão da informação” (Vala, 1993): há muita informação circulando, mas ela é desigual e por vezes incompleta, contribuindo para a coexistência de sentidos e práticas.

5.3 ATER como prática unificada e difusão centrada no extensionista

Em outra direção, uma representação afirma que a ATER “é tudo uma coisa só”, dissolvendo a dicotomia anterior e definindo a ATER como mediação contínua centrada no extensionista. Nessa lógica, ele “leva”, “transfere” e “liga” agricultores a tecnologias, políticas públicas e inovações, atualizando uma concepção tradicional herdada da escola difusionista/rogeriana (Rogers; Shoemaker, 1974). A ênfase está em “transferir informações”, “difundir tecnologia” e “dar assistência”, com o agricultor ocupando o papel de destinatário e o extensionista, o de portador do conhecimento legitimado.

Essa estrutura se aproxima do que Freire (1982) criticou como educação bancária: uma ação em que o conteúdo é depositado no outro, e o diálogo perde centralidade. Aqui, a ATER tende a ser sinônimo de difusão e de transferência de tecnologia, distanciando-se do horizonte participativo defendido por Freire (1983) e pela PNATER (Brasil, 2010).

As trajetórias formativas associadas a essa representação sugerem contato acadêmico pouco aprofundado com a extensão e aprendizagem institucional predominantemente prática. Isso aparece quando João relata que aprendeu “de supetão mesmo, na marra” e enfatiza: “eu não tive treinamento. Só entrei”. Rosa relaciona o aprendizado à convivência com colegas e à organização/participação em eventos, enquanto Terezinha menciona treinamentos e valoriza a disciplina da graduação, ainda que mais teórica, descrevendo o professor como “muito bom”. Sob a TRS, destaca-se a “pressão à inferência” (Vala, 1993): a necessidade de responder rapidamente às demandas do trabalho tende a estabilizar repertórios práticos e soluções prontas, sobretudo quando a formação foi pouco estruturante e a entrada no Instituto se deu sem capacitação sistemática.

5.4 ATER como missão e processo ampliado, com permanências difusionistas

Por fim, algumas falas ampliam a ATER para além da difusão, associando-a a “missão” e “processo contínuo de desenvolvimento”, incluindo família e comunidade, além de políticas públicas e transformação socioeconômica. Essa representação aproxima-se de concepções contemporâneas da extensão como prática social e

educativa, mas convive com traços do imaginário tradicional: o extensionista permanece como condutor do processo, e o movimento da tecnologia tende a seguir unidirecionalmente do extensionista ao agricultor, preservando hierarquias simbólicas.

Nessa ambiguidade, a ATER é ao mesmo tempo valorizada como “ligação” e tensionada como prática que ainda pode operar por repasse. A literatura já alertava para a inércia institucional e para a permanência de um “saber-fazer” tecnicista/difusionista que estrutura rotinas e competências, mesmo diante de políticas de reorientação (Schlottfeldt, 1991; Caporal; Ramos, 2006; Dias, 2007). Em termos da TRS, a “focalização” (Vala, 1993) ajuda a explicar por que alguns entrevistados enfatizam missão, políticas públicas e desenvolvimento, enquanto outros mantêm foco no repasse tecnológico, já que formação, interesses e valores orientam o que ganha centralidade.

Em síntese, as falas indicam que a ATER é representada simultaneamente como “apaga-fogo” técnico, como extensão ampliada e de caráter mais educativo, como prática unificada centrada no extensionista. Essa coexistência revela um campo institucional em disputa, no qual sentidos produtivistas, educativos e participativos se sobrepõem, competem e, por vezes, se complementam no cotidiano do Instituto..

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises desenvolvidas ao longo das seções sobre pesquisa agropecuária e ATER evidenciam que, no interior do Instituto, os sentidos atribuídos a essas práticas públicas são plurais, tensionados e organizados por diferentes matrizes representacionais. À luz da Teoria das Representações Sociais, tais sentidos não operam apenas como opiniões individuais, mas como sistemas compartilhados de interpretação que orientam práticas, justificam escolhas institucionais e delimitam posições simbólicas dos diferentes atores envolvidos.

No que se refere à pesquisa agropecuária, identificam-se duas configurações centrais. A primeira a representa de forma relativamente desvinculada do Instituto,

ancorada no universo científico e objetivada como método, descoberta e solução de problemas. Nessa leitura, a pesquisa é concebida como instrumento capaz de responder às demandas e “dores” do público, promovendo desenvolvimento em diferentes escalas. Trata-se de uma representação fortemente alinhada à ciência clássica, que valoriza a produção de conhecimento válido e a capacidade resolutiva da pesquisa, mas que, ao não situá-la explicitamente na institucionalidade pública, tende a obscurecer as mediações políticas, organizacionais e sociais que moldam sua realização.

A segunda configuração é mais diretamente ancorada no Instituto e se estrutura na distinção entre pesquisa básica e pesquisa aplicada, sendo esta última representada como a prática identitária da instituição. A pesquisa aplicada é objetivada como voltada às demandas concretas do meio rural e aos agricultores, frequentemente definidos como “público-alvo”. Embora essa representação reforce a legitimidade pública da pesquisa e sua utilidade social, ela também revela a permanência de um imaginário tecnicista, no qual os agricultores aparecem majoritariamente como destinatários do conhecimento, e não como sujeitos de sua construção. Nesse sentido, persistem elementos associados a modelos difusionistas e verticalizados, nos quais a produção do saber se concentra no polo técnico-científico.

Esse arranjo ajuda a compreender por que, nas narrativas analisadas, a pesquisa tende a ser pensada mais para os agricultores do que com eles. Trata-se de uma clivagem simbólica relevante, pois define quem formula os problemas, quem detém a autoridade epistemológica e quem participa das decisões sobre o que é pesquisado e com quais critérios de relevância. Ainda que a pesquisa aplicada seja valorizada, seus sentidos permanecem, em grande medida, ancorados em uma lógica de entrega e resposta técnica.

No campo da ATER, as representações também se organizam em um cenário de coexistência e disputa. De um lado, a assistência técnica é objetivada como intervenção pontual, reativa e produtivista, orientada à resolução imediata de problemas e fortemente ancorada no paradigma difusionista.

Essa leitura reforça práticas individualizadas, a centralidade do extensionista como portador do saber e a concepção instrumental da ATER. De outro, emerge uma representação ampliada da extensão rural, concebida como processo contínuo, educativo e socialmente orientado, em consonância com princípios da PNATER. Nessa perspectiva, a ATER é entendida como prática coletiva, mediadora de saberes e articuladora de políticas públicas, deslocando o foco exclusivo da tecnologia para o desenvolvimento social e a autonomia dos sujeitos.

A análise evidencia que essas representações não se substituem de forma linear. Elas coexistem de maneira tensa, revelando um campo representacional em transição, no qual o núcleo difusionista permanece forte, enquanto sentidos participativos e construtivistas emergem sobretudo em zonas periféricas. Elementos como a formação acadêmica, as trajetórias profissionais e as condições concretas de trabalho ajudam a explicar tanto a permanência de esquemas tradicionais quanto a emergência de deslocamentos simbólicos.

É nesse ponto que se tornam visíveis as perspectivas de deslocamentos participativos. Ainda que não hegemônicas, algumas representações apontam para a possibilidade de reancorar a pesquisa e a ATER em processos mais dialógicos, nos quais agricultores, extensionistas e pesquisadores passam a ser reconhecidos como coprodutores do conhecimento. Esses deslocamentos sugerem uma transição do modelo centrado na prescrição técnica para abordagens que valorizam a construção coletiva de problemas, a experimentação local e a aprendizagem social. No plano simbólico, trata-se de um movimento que desloca agricultores da posição de receptores para a de sujeitos do conhecimento e reposiciona o extensionista como mediador, e não como único condutor do processo.

Contudo, os dados também indicam que tais deslocamentos não se consolidam automaticamente. Sua efetivação depende de mediações institucionais mais amplas, capazes de transformar representações emergentes em rotinas organizacionais: formação continuada, critérios de avaliação que valorizem processos participativos, indicadores que transcendam a lógica estritamente produtivista e condições de trabalho

compatíveis com práticas coletivas e educativas. Sem essas induções, os sentidos participativos tendem a permanecer periféricos, enquanto o núcleo difusionista se reatualiza como resposta pragmática às urgências do cotidiano institucional.

Em síntese, as representações sociais analisadas revelam que tanto a pesquisa agropecuária quanto a ATER, no âmbito do Instituto, se encontram em um momento de transição paradigmática, marcado por permanências e deslocamentos. Reconhecer essas tensões não implica apenas descrevê-las, mas compreendê-las como matéria-prima para processos de aprendizagem institucional.

Nesse horizonte, os deslocamentos participativos identificados, ainda que parciais, apontam caminhos possíveis para a reconfiguração do papel público da pesquisa e da ATER, desde que sejam assumidos como projeto coletivo e institucional, e não apenas como experiências isoladas ou marginais.

7 AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão rural pela possibilidade de realização desta pesquisa.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, D. L. R. **A Guerrilha Esquecida**: memórias do Caparaó (1966-67), o primeiro foco guerrilheiro contra a Ditadura Militar no Brasil, 2014.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Ed. rev. e actual. Lisboa: Edições 70, 2011.

BAUER, M. W.; AARTS, B. A construção do corpus. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som:** um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 39-63.

BORGES DE LIMA, T. L.; OLIVEIRA, M. L. R. de. Dinâmica dos sistemas agrários no Caparaó capixaba. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 7, e40011730071, 2022.

BORGES DE LIMA, T. L. Pronunciamento na 32ª Sessão Ordinária de 2023 da Câmara Municipal de Iúna – **Demonstração de resultados**. YouTube, dez. 2023. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=uoOLvbQCn74&list=PLhiQ1MQfya78e5QzIAIOuZemXBCJ5pfHa. Acesso em: 25 jan. 2026.

BORSATTO, R. S.; BERGAMASCO, S. M. P.; BIANCHINI, V. Transferência de tecnologia ou compartilhamento de conhecimentos. **Desvendando o papel da EMBRAPA no desenvolvimento rural.** Brasília, DF: Embrapa, 2017.

BRASIL. **Lei n. 12.188, de 11 de janeiro de 2010**. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária – PRONATER, altera a lei no 8.666, de 21 de junho de 1993 e dá outras providências. Brasília, 2010.

CALLOU, A. B. F. *et al.* O estado da arte do ensino da extensão rural no Brasil. **Extensão Rural**, n. 16, p. 84-116, 2008.

CAPORAL, F. R.; RAMOS, L. de F. **Da extensão rural convencional à extensão rural para o desenvolvimento sustentável**: enfrentar desafios para romper a inércia. Brasília, setembro de, 2006.

CAPORAL, F. R. Extensão rural como política pública: a difícil tarefa de avaliar. In: SAMBUICHI, R.H.R.; SILVA, A.P.M. da; OLIVEIRA, M.A.C. de; SAVIAN, M. (Org.). **Políticas agroambientais e sustentabilidade:** desafios, oportunidades e lições aprendidas. Brasília: IPEA, 2014. p. 19-48.

CASTRO, C. N. de. Pesquisa agropecuária pública brasileira: histórico e perspectivas. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**, v. 15, jul.-dez., 2016.

COELHO, F. M. G. **A arte das orientações técnicas no campo**. 2. ed. São Carlos-SP: Suprema Gráfica e Editora, 2014. 188p.

DERETI, R. M. Transferência e validação de tecnologias agropecuárias a partir de instituições de pesquisa. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 19, 2009.

DIAS, M. M. As mudanças de direcionamento da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) face ao difusionismo. **Revista Oikos**, Viçosa, v. 18, n. 2, p. 11-21, 2007.

DINIZ, R. F.; HESPANHOL, A. N. Reestruturação, reorientação e renovação do serviço extensionista no Brasil: a (difícil) implementação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER). **Extensão Rural**, Santa Maria, v. 25, n. 2, p. 7-30, 2018.

FONSECA, M. T. L. da. **A extensão rural no Brasil:** um projeto educativo para o capital. São Paulo: Loyola, 1985.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 11. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. Editora Atlas SA, 2008.

GUIMARÃES, G. P. *et al*. Avaliação da qualidade do solo e de cafeeiros em propriedade familiar do Território do Caparaó-ES. **Revista Brasileira de Agroecologia**. 8(3): 236-246 (2013). ISSN: 1980-9735.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades e estados:** Espírito Santo. Rio de Janeiro: IBGE, [2018]. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/es.html. Acesso em: 15 dez. 2025.

IJSN. INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. **IJSN no censo:** saiba quais os nomes mais populares no Espírito Santo. Vitória: Governo do Estado do Espírito Santo, 6 nov. 2025. Disponível em: https://ijsn.es.gov.br/noticias/ijsn-no-censo-saiba-quais-os-nomes-mais-populares-no-espirito-santo. Acesso em: 13 dez. 2025.

IJSN. INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. **Zonas naturais do Espírito Santo**: uma regionalização do estado, das microrregiões e dos municípios. Vitória: IJSN, 2012. Disponível em: http://www.ijsn.es.gov.br/ConteudoDigital/20121211_es01655_zonasnaturaisdoespritosanto.pdf. Acesso em: 23 dez. 2025.

JOVCHELOVITCH, S. Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço público e representações sociais. In: GUARESCHI, Pedrinho e JOVCHELOVITCH, Sandra (Orgs.). **Textos em representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 1995, 2ª edição, p. 62-85.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. **História das agriculturas no mundo**: do neolítico à crise contemporânea. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2010.

MEIRA, A. C. H. *et al.* Avaliação participativa da sustentabilidade de lavouras cafeeiras em sistemas agroflorestais no sul do Espírito Santo: resultados parciais. **Cadernos de Agroecologia**, v. 19, n. 1, 2024.

MENDES, C. I. C. **Transferência de tecnologia da EMBRAPA**: rumo à inovação. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2015.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MOSCOVICI, S. **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. 291p.

MOSCOVICI, S. Prefácio. In: GUARESCHI, P.; JOVCHELOVITCH, S. **Textos em representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 1995, 2ª edição, p. 7-16.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. 11. ed. Petrópolis – RJ: Vozes, 2015.

NODARI, R. O.; GUERRA, M. P. A agroecologia: estratégias de pesquisa e valores. **Estudos Avançados**, v. 29, p. 183-207, 2015.

ROGERS, E. M. e SHOEMAKER, F. F. **La comunicacion de innovaciones**. México: Herrero Hermanos, 1974.

SANTOS, E. M. B. Parque Nacional do Caparaó: histórias de um lugar. Historia Ambiental Latinoamericana Y Caribeña (HALAC) **Revista De La Solcha**, v. 3, n. 1, p. 117-143, 2013.

SCHLOTTFELDT, C. B. Difusão de tecnologia e extensão rural na EMBRAPA: reflexões conceituais e práticas. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 8, n. 1/3, p. 98-112, 1991.

SÊGA, R. A. O conceito de representação social nas obras de Denise Jodelet e Serge Moscovici. **Anos 90**, v. 8, n. 13, p. 128-133, 2000.

SILVA, A. M. da; *et al*. Gênero, políticas públicas e extensão rural: uma análise a partir das representações de extensionistas rurais da microrregião Rio Doce, Espírito Santo. In: CONGRESSO DA SOBER, 55., 2017, Santa Maria, RS. **Anais...** Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2017.

THOMAZINI, A.; AZEVEDO, H. C. A.; MENDONÇA, E. S. Perdas de solo, água e nutrientes em sistemas conservacionistas e convencionais de café no sul do estado do Espírito Santo. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 7, n. 2, p. 150-159, 2012.

VALA, J. Representações sociais_ para uma psicologia social do pensamento social in: VALA, Jorge; MONTEIRO, Maria Benedicta (Eds.). **Psicologia Social**, p. 352-384, 1993.

VIANA JÚNIOR, M. M. Irrigando a ditadura: facetas da modernização agrícola no Brasil (1964-1975). **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 12, n. 30, e0209, maio/ago. 2020.

CONTRIBUIÇÕES DE AUTORIA

1 – Túlio Luís Borges de Lima
Engenheiro agrônomo formado pela Universidade Federal de Viçosa
https://orcid.org/0000-0002-5536-8182 • tuliolimaborges@gmail.com
Contribuição: Escrita – primeira redação

2 – Marcelo Leles Romarco de Oliveira
Pós-doutor em Antropologia Social pelo Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro
https://orcid.org/0000-0003-2746-8407 • marcelo.romarco@ufv.br
Contribuição: Escrita – primeira redação

COMO CITAR ESTE ARTIGO

LIMA, T. L. B.; OLIVEIRA, M. L. R. Do “apaga-fogo” à construção: difundir tecnologia ou construir conhecimento? Representações sociais da ATER e da pesquisa em disputa. **Extensão Rural**, Santa Maria, v. 33, p. 01-25, 2026. DOI 10.5902/2318179695372. Disponível em: https://doi.org/10.5902/2318179695372. Acesso em: dia mês abreviado. ano.

Direitos autorais 2026 Revista Extensão Rural.

Editor responsável: Dr. Fabiano Nunes Vaz